

## **Educomunicação, Educação Midiática e Jornalismo: uma Relação Necessária<sup>1</sup>**

Rose Mara PINHEIRO<sup>2</sup>

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS

### **INTRODUÇÃO**

A presente reflexão tem como pano de fundo o lugar que ocupa a comunicação no fortalecimento dos processos democráticos e na sociedade contemporânea, com o avanço das redes sócio digitais e com a dinâmica e a velocidade de reconfiguração da escola, dos meios de comunicação e das relações interpessoais.

Nesse contexto, o desafio a que se propõe é apresentar a relação necessária entre educomunicação, a educação midiática e o jornalismo, sob o viés da formação, considerando os 20 anos de estudos e desenvolvimento da prática educacional. Ainda como ponto de partida é preciso entender a tríade Comunicação, Educação e Tecnologia, própria do Século 21 (OROZCO GÓMEZ, 2002), dentro de uma perspectiva fundamental para se compreender as relações sociais, culturais, econômicas e políticas, construídas, mediadas e midiáticas pelos diferentes dispositivos e plataformas digitais.

Desejo concluir enfatizando que, neste novo século, a educação cada vez mais estará vinculada aos meios e tecnologias de informação e que, tarde ou cedo, isto vai modificar de maneira substancial os processos educativos e comunicativos. O cenário do futuro não é estático, muito pelo contrário. Por isso é importante antecipar o papel que tanto educadores quanto comunicadores devemos tomar nele, para que o sentido e a direção das inevitáveis transformações sejam as mais relevantes para nossas sociedades (OROZCO-GÓMEZ, 2002, p. 69).

Em 2017, Soares apontou no artigo “Diálogo com os cursos de Comunicação no Brasil” (2017, p. 19) o “esforço para superar as barreiras criadas pelos modelos tradicionais e hegemônicos de formação de profissionais da área”, com ênfase para os

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa Comunicação e Educação do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

<sup>2</sup> Doutora em Comunicação. Professora do Curso de Jornalismo e do PPGCOM da UFMS, e-mail: rose.pinho@ufms.br

---

aspectos ligados à cidadania. Nesse aspecto, a própria consulta pública<sup>3</sup> promovida pela Secretaria de Comunicação do Governo Federal reforça a necessidade histórica e urgente de se estabelecer a relação Educomunicação, Educação Midiática e Jornalismo como política pública em nível nacional, estabelecendo diretrizes para ações, projetos e disciplinas, numa grande articulação envolvendo ONGs, universidades, instituições de ensino e veículos de comunicação.

A análise se fundamenta a partir de uma breve reflexão sobre Comunicação em seu sentido mais amplo, como processo, e parte essencial da prática pedagógica (FREIRE, 2015) e os pilares da prática educacional, que se estabelece em conceitos basilares de diálogo, protagonismo juvenil e horizontalidade das relações.

## **ANAIS INTERCOM**

Para entender esse cenário, como procedimento metodológico foi feita uma mineração de dados nos Anais da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, a Intercom, dos anos de 2001 a 2022, com foco nos 929 trabalhos publicados pelo Grupo de Pesquisa Comunicação e Educação, sobre o termo formação docente, de forma geral, e especificamente nos cursos de Comunicação. Dentro desse esforço de pesquisa, foram encontrados 57 artigos publicados sobre formação docente entre os inúmeros que tratam num contexto maior sobre a formação para a cidadania, para os direitos humanos, para a transformação da sociedade, e 20 que tratam da formação nos cursos de Comunicação.

Antes de analisar qualitativamente alguns dos artigos, para entender como a questão da formação aparece nas discussões do GP Comunicação e Educação, é preciso refletir sobre o baixo número de artigos encontrados sobre essa questão. A análise quantitativa já revela que o tema não tem relevância para o GP, já que há a publicação de menos de um artigo por ano em todo o período analisado. Do total de artigos publicados, cerca de 2% tratam sobre a formação nos cursos de Comunicação.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/educacao-midiatica> Acesso em: 19 de maio de 2023.

---

Dos artigos encontrados, merece destaque o primeiro publicado em 2001, quando o Congresso Nacional da Intercom foi realizado em Campo Grande (MS), sob o tema “A mídia impressa, o livro e o desafio das novas tecnologias”. A autora Ana Cristina Martins Simões Corrêa, da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), de Campo Grande, pontua no artigo “O uso dos meios de comunicação de massa no processo de ensino do curso de comunicação social” a flexibilidade do ensino dos cursos de Comunicação, a partir do Parecer 480/83 (MEC/CFE), que rompe com a rígida divisão entre disciplinas teóricas e práticas e prioriza disciplinas específicas das habilitações dos cursos ao longo de todos os semestres.

Segundo Corrêa, o Parecer 480/83 obriga a instalação de laboratórios com equipamentos adequados para as atividades práticas, mas ela aponta que os recursos eram poucos utilizados, demonstrando para a sua pesquisa uma resistência por parte da instituição de ensino. Com a possibilidade de inserção dos meios na graduação, para ela, os professores precisam estar preparados para exercerem a mediação para estimular a consciência crítica dos alunos.

Por fim, Corrêa enfatiza a necessidade de capacitação dos professores para que saibam utilizar os equipamentos e as tecnologias, “o que às vezes não ocorre” (p. 8). Sobre a formação docente, a autora também pondera sobre o papel do professor no contexto social, sendo responsável pelos efeitos atuais e futuros na sociedade e, portanto, deve acompanhar as evoluções tecnológicas.

Já em 2001, a autora registra o pouco interesse pelos meios impressos, mas a principal preocupação está no domínio pelo professor das tecnologias, principalmente a Internet.

Ficou constatado que o docente não tem formação ideal para uma utilização completa do potencial que os meios de comunicação apresentam na sua aplicabilidade para o processo de ensino-aprendizagem, principalmente daqueles meios que estão em processo emergente, como é o caso da Internet. Dessa forma, fica evidenciada a necessidade do constante investimento na formação do docente, principalmente no que tange os meios de conhecimentos sobre as interações e integrações que o sistema de redes - Internet - proporciona ao ensino e à pesquisa em uma Instituição de Ensino Superior, como mais uma opção avançada

---

da tecnologia a serviço da construção do conhecimento (CORRÊA, 2001, p. 11).

Em 2002, o congresso foi realizado em Salvador, com o tema “Comunicação para a Cidadania” e o artigo “Práticas discursivas ao Olhar: Desafios na formação do profissional de Ensino e de Comunicação”, de autoria de Armando Martins de Barros, de Célia Belmiro Abicaíl e Delfim Afonso Jr, respectivamente das universidades federais Fluminense (UFF), de Minas Gerais (UFMG) e de Brasília (UnB).

O diferencial do texto é trazer uma comparação entre os cursos de Pedagogia e de Comunicação em torno das linguagens não verbais nas propostas curriculares, questionando se há um incentivo para a capacitação dos educadores desses cursos. De forma crítica, os autores chamam a atenção para a imagem, que não pode ocupar um espaço subalterno e ser utilizada apenas como ilustração do texto. Como a interpretação da imagem não é dada, é necessário consolidar expressões como “educação do olhar”, “alfabetização do olhar”, “pedagogia da imagem”, “práticas educativas do olhar” no âmbito do conceito “práticas discursivas ao olhar” (p. 5).

Identificamos preliminarmente no perfil dos profissionais de ensino -- em exercício ou em formação --, a ausência de uma tradição que auxilie, como fundamento, a construção de competências no tratamento das linguagens não verbais. Essa percepção é inquietante quando constatamos que Michel Tardy, ainda em meados da década de 1960, detectava a dificuldade dos pedagogos e dos docentes interagirem com metodologias envolvendo interdiscursos e a intertextualidade. Essa constatação projeta na formação universitária uma responsabilidade que até aqui não foi assumida pelas propostas curriculares, pelos conteúdos disciplinares e pelos docentes universitários de forma geral (p. 12).

Nesse contexto, os autores defendem na formação do educador o estímulo à resignificação dos meios e das mensagens e suas relações com a imagem, “seus significados, sua ideologia, sua naturalização”. Eles também entendem que os educadores não “dispõem de um conjunto de saberes que favoreça a proposições de alternativas à corrente que vê a educação escolar como ‘mercado midiático’” (p. 14). Por fim, eles reforçam a necessidade de se criar espaços de diálogo e interlocução entre os cursos de Pedagogia e de Comunicação visando construir um referencial na área.

---

Dois trabalhos publicados respectivamente no Congresso de 2009, em Curitiba (PR), sob o tema “Comunicação, Educação e Cultura na Era Digital”, e em 2010, em Caxias do Sul (RS), com o tema central “**Comunicação, cultura e juventude**”, focam na docência do ensino superior frente às Tecnologias da Informação e Comunicação. O primeiro “Tecnologia da Comunicação e Informação No Currículo de Comunicação Social: um estudo em cinco fases”, de Paulo Negri Filho e Gláucia da Silva Brito, da Universidade Federal do Paraná (UFPR); e o segundo, “Ensino Superior: saberes necessários à docência frente às tecnologias da informação e comunicação (TIC’s)”, de Jociene Carla Bianchini Ferreira, Silvana Malusá, Ana Cecília Jorge de Souza e Fabiano de Moura Goulart, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Negri e Brito analisam os elementos curriculares básicos necessários a uma disciplina específica que adentra ao campo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para uma melhor e mais abrangente formação teórico-prática do comunicador social em qualquer uma de suas habilitações. Para eles o curso de Comunicação tem a necessidade de ser atualizado e aperfeiçoado periodicamente para “oferecer uma formação condizente com as exigências externas”. Fica implícita a consequente necessidade de atualização do educador.

Embora não seja específico para o curso de comunicação, o artigo de 2010 afirma que “e necessária uma reciclagem urgente do corpo docente em questão. Profissionais da nova era devem se preocupar com o analfabetismo informático já que o objetivo é avançar cada vez mais no mundo do conhecimento” (p. 5) e enfatiza que o “grande desafio é aliar tecnologia e pedagogia a serviço da construção do cidadão” (p. 6).

Percebe-se que ainda não há uma massa crítica preocupada com as questões das TIC’s e parece uma realidade ainda distante. Cabe a discussão da importância que esta tem para o novo processo de práticas pedagógicas do mundo contemporâneo e alertar tal questão ao campo educacional. Para finalizar, fica claro que os docentes universitários ainda não têm a consciência de que necessitam se adaptar à realidade atual, isto é, considerar as TIC’s como ferramenta essencial para uma nova percepção do processo de ensino-aprendizagem no meio acadêmico (p. 12-13).

Com a pretensão de se avançar para o fortalecimento da pertinência de práticas educacionais nos cursos de Comunicação, este artigo pretende aumentar os pontos de conexão e consolidar a relação dialógica, cidadã e comprometida com a formação de

---

profissionais que dominem técnicas e necessidades de mercado, mas que ultrapassem os modelos tradicionais, muitas vezes arcaicos, e assumam posições de vanguarda na sociedade contemporânea.

a certeza de que é possível inovar o modelo de formação de nível superior, atualmente focado no atendimento às expectativas do mercado. O caminho vem sendo representado pela aproximação a temas tradicionalmente considerados como alheios aos âmbitos das diferentes áreas do exercício profissional da comunicação, e que dizem respeito expressamente à vigência da cidadania. Trata-se, em última análise, de um esforço para superar as barreiras criadas pelos modelos tradicionais e hegemônicos de formação dos profissionais da área da comunicação, no Brasil (SOARES, 2017, p. 24).

Tratar dos cursos de comunicação, especialmente o Jornalismo, é um desafio complexo, uma vez que como campo do conhecimento a Comunicação está inserida no bojo Ciência Social Aplicada, na tabela do CNPq, englobando as subáreas Teoria da Comunicação, Jornalismo e editoração, Rádio e Televisão, Relações Públicas e Propaganda, e Comunicação Visual. Uma gama de atividades e profissionais tão complexa quanto a própria definição do objeto do conhecimento.

Nesse emaranhado de diretrizes curriculares tão díspares e mutantes, sobretudo ao longo dos últimos 20 anos, quando se espera do egresso desses cursos competências amplas ligadas à cidadania, à reflexão crítica e à dicotomia teoria-prática, pensar sobre a formação, em especial a docente, é um exercício particularmente instigante. Tanto pela expectativa de que o professor seja capaz de acompanhar e oferecer todo o arcabouço teórico-prático e humanístico quanto para desenvolver relações interpessoais com os estudantes, para que possa contribuir com as necessidades holísticas do profissional de comunicação do século 21, sem correr o risco de se tornar obsoleto nesse processo de ensino-aprendizagem (BUCKINGHAM, 2012).

## COMUNICAÇÃO

Para além das definições de áreas e subáreas, o entendimento sobre o termo Comunicação também é complexo, uma vez que pode ser confundido com as suas funções mais práticas, a oratória, o veículo ou mesmo a habilidade intrínseca de se comunicar com o outro. Os últimos quatro anos, especialmente, trouxeram à tona a necessidade de se

---

resgatar a importância da comunicação como processo, acima de qualquer prática específica, que está presente na interlocução com o outro e não se esgota na relação tradicional emissor-receptor.

É que o reflete Laan Mendes de Barros, em 2014 com o texto “Por uma práxis da comunicação na formação de um comunicador comunicólogo”, quando explica que o próprio nome da área já implica uma ação e não uma teoria. Segundo ele, quando se adotou comunicação, e não comunicologia, como propôs Vilém Fluser nos anos 1980, “nossa disciplina parece ficar limitada a um universo de domínios técnicos, voltado ao desenvolvimento de conhecimentos que favoreçam a prática comunicativa” (p. 136).

Nessa perspectiva, Barros lembra que no início da criação dos cursos de Comunicação no Brasil, por volta dos anos 1950, a prioridade estava no desenvolvimento de competências profissionais, a partir de demandas do mercado, seguindo o modelo norte-americano, de matriz funcionalista e, portanto, mais instrumental, com “vistas ao domínio das tecnologias sempre renovadas no campo das mídias”.

E essa visão instrumental e profissionalizante parece ganhar nova força nos dias de hoje, quando até mesmo o nome “comunicação” vai sendo substituído, por ora no âmbito da graduação, pelos nomes das habilitações e campos de atuação dos profissionais de comunicação, em uma fragmentação entre jornalismo, radialismo, publicidade e propaganda, relações públicas etc. E isso ocorre justamente quando as dinâmicas comunicacionais tornam-se mais híbridas e complexas em razão da convergência midiática e da interconexão das pessoas e sistemas em redes (BARROS, 2014, p. 137).

O entendimento sobre a centralidade da comunicação para os processos democráticos e para a prática docente é fundamental e ponto de conexão para o funcionamento e manutenção das formações sociais contemporâneas. É o que estimula, por exemplo, Alberto Efendy Maldonado (2022), em seu artigo “Cidadania comunicativa e transmetodologia”, publicado na revista Comunicação e Educação, em sua primeira edição de 2022, quando afirma que “é urgente continuar a desconstrução dos modelos preponderantes, às vezes hegemônicos, de trabalho intelectual, de fabricação de tecnologias e de produção de conhecimento” (p. 6).

Maldonado (p. 14) lembra que

---

Os campos científicos como institucionalidades concretas, presentes nas formações sociais, emergiram no século XIX como uma necessidade de organização sistemática da vida econômica, política, social, militar e cultural dos países hegemônicos. Nesses processos de constituição de fortalezas estratégicas, optou-se por formular conjuntos disciplinares de conhecimentos sistematizados, funcionais à lógica da acumulação, expansão e controle da economia-mundo.

Segundo o autor, a reversão desta lógica necessitaria de uma perspectiva transmetodológica que trabalhe “um conjunto crítico transformador de epistemologias, que confluem na sua postura problematizadora do *status quo* estabelecido pela ciência oficial positivista”.

Reafirmando a necessidade de ruptura com os modelos tradicionais dos processos de comunicação, que funcionam com “lógicas herdadas de uma história oligopólica, mercadológica, concentradora, distrativa”, redutora e exploradora, Maldonado enfatiza a urgência do momento.

No início da terceira década do século XXI, a dimensão ecológica das problemáticas de pesquisa se renova e se situa de modo incontestável no centro das preocupações investigativas. É assim que, nesse contexto, a premissa transmetodológica que afirma o primado da vida, das espécies – especialmente a humana – e da existência de bem-viver no planeta Terra adquire relevância estratégica inquestionável (p. 8).

## INTERFACE COMUNICAÇÃO/EDUCAÇÃO

Diante dessa realidade, Maldonado aponta para o campo de interface Comunicação/Educação para que sejam produzidos “impactos sócio comunicacionais educomunicativos”, que de fato possam contribuir para a “produção de conhecimento sobre a diversidade cultural, social e política da existência humana”. Para o autor, a aprendizagem imposta pela pandemia da Covid-19 pode ser “uma oportunidade histórica para questionar a ciência ministerial nas suas pretensões positivista, utilitaristas e pragmáticas” (...) “que reduzem a produção de conhecimento à produção de processos favoráveis à maximização dos lucros transnacionais”.

---

Um dos pioneiros a aproximar a comunicação da produção do conhecimento nos processos formativos, Paulo Freire amplia a relação Comunicação e Educação de maneira complementares. “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados (FREIRE, 2015, p. 89).

Nessa imbricação, a comunicação assume um papel fundamental para o processo de ensino-aprendizagem, como também a educação deveria ser entendida em sua abrangência como fundamental para o processo comunicativo.

Um pressuposto básico a orientar o desenvolvimento das aprendizagens a ser desenvolvidas em nível superior envolve a distinção entre transmissão de conteúdo e desenvolvimento da capacidade de atuação profissional. Paulo Freire (1979) e Darcy Ribeiro (1969), desde a década de 1960, denunciavam os perigos envolvidos no ensino caracterizado pela transmissão de conteúdo. Denominando-o Educação Bancária, metáfora para caracterizar o processo de pseudoensino – em que o professor deposita seu “saber” em um continente vazio, o estudante –, Freire destacou que esse tipo de ensino possibilita poucas transformações sociais; tende a ser descontextualizado da realidade social dos estudantes; e desconsidera o que o estudante já sabe em favor daquilo que deverá ser aprendido. Darcy Ribeiro também critica tal concepção de ensino, destacando que ela produz o que o autor chama “erudição gratuita” – um repertório verbal com pouca efetividade para transformar a realidade social (GUSSO, 2020, p. 8).

Com a centralidade da comunicação e o avanço das tecnologias, é necessário inserir na formação inicial e continuada dos educadores, do ensino infantil ao superior, a discussão sobre o papel das mídias e das tecnologias na sociedade. A prática pedagógica precisa contemplar a problematização dessa relação com professores e estudantes. “Pensar a educação a partir da comunicação pode nos ajudar a pensar o que significa estar alfabetizado nos dias atuais, supõe-se que estar alfabetizado hoje envolve as múltiplas alfabetizações, que dizem respeito à construção da cidadania real e virtual” (FANTIM, 2007).

## REFERÊNCIAS

BARROS, Laan Mendes de. Por uma práxis da comunicação na formação de um comunicador comunicólogo. *C&S*, São Bernardo do Campo, v. 36, n. 1, p. 133-155, jul./dez. 2014.

---

BUCKINGHAM, David. Precisamos Realmente de Educação Para os Meios? **Comunicação & Educação**, v. 17, n. 2, 2012, p. 41-60.

FANTIM, Monica. Alfabetização Midiática na Escola. Anais. 16º Congresso de Leitura do Brasil, Campinas, 10 a 13 de julho de 2007. Disponível em: [http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes\\_antiores/anais16/sem05pdf/sm05ss15\\_06.pdf](http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_antiores/anais16/sem05pdf/sm05ss15_06.pdf). Acesso em: 27 jul 2020.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rosiska Darcy de Oliveira (Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GUSSO, Helder Lima *et al.* Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 41, e238957, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302020000100802&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302020000100802&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 1 nov 2020.

MALDONADO, Alberto Efendy. “Cidadania comunicativa e transmetodologia”. **Comunicação & Educação**. São Paulo, Ano XXVII, Número 1, jan/jun 2022: 05-14.

OROZCO-GÓMEZ, Guillermo. Comunicação, educação e novas tecnologias: tríade do século XXI. **Comunicação & Educação**, n. 23, 2002, p. 57-70.

PORTAL INTERCOM. **Anais**. Grupo de Pesquisa Comunicação e Educação. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/eventos1/congresso-nacional/apresentacao5> Acesso em: 9 set 2022.

SOARES, Ismar de Oliveira. “Educomunicação: um diálogo com os cursos de Comunicação Social, no Brasil”, IN ALMEIDA, Fernando Ferreira de. CARILHO, Kleber & BASTOS, Robson. (Orgs). **Realidades e perspectivas do ensino de comunicação no Brasil**, São Paulo: Fórum ENSICOM - INTERCOM - 2017. p. 22-41. ISBN: 978-85-8208-106 8. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/livro-ensicom05102017.pdf>. Acesso em: 25 ago 2022.